

**PARECER Nº 49/2018**

**PROJETO DE LEI Nº 15/2018**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS E  
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

**RELATOR VEREADOR ALBERTO MUNIZ**

### **RELATÓRIO**

De autoria da Mesa Diretora, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a revisão dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município.

Essa revisão é feita em 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esse percentual corresponde ao somatório acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC –, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, relativo ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

Vem agora o projeto a esta Comissão, para exame e parecer, conforme dispõe o art. 91, inciso II, “d”, do novo Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, insta salientar que a revisão dos subsídios dos agentes políticos é medida necessária para garantir o seu poder aquisitivo em virtude da desvalorização da moeda provocada pela inflação.

Nesse mesmo sentido, o Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais já deixou assentado, na Súmula nº 73, a admissibilidade desta revisão.

Registre-se, ainda, que a revisão ora pretendida encontra previsão no art. 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias ( Lei nº 1.505, de 20 de junho de 2017), bem como há, na Lei Orçamentária, dotação específica para atender às despesas em questão: **01.01.031.0001.2.001**

Registre-se, ainda, que, conforme consta da estimativa de impacto orçamentário e financeiro anexa ao projeto, com a pretendida revisão, o percentual de gasto total com pessoal ( vereadores e servidores ) a ser comprometido no exercício financeiro de 2018 **será de 4,49% da receita corrente líquida do Município**, ou seja, está abaixo do limite máximo de gasto com pessoal do legislativo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal ( art. 20, III, “a”), que é de 6%.

Ademais, levando-se em consideração apenas a receita da Câmara Municipal, verifica-se que o total da despesa com folha de pagamento no exercício de 2018, já inclusa a referida revisão, **será de 69,97%**, portanto, também está abaixo do limite previsto no art. 29-A, §1º, da Constituição Federal, qual seja, 70%.

Diante disso, nota-se que a matéria em exame está em consonância com as normas relativas às despesas públicas.

### **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2018.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2018.

Vereador ALBERTO MUNIZ

Relator